

Urban dynamics, risk and types of crime in Portugal

Dinâmicas urbanas, risco e criminalidade(s) em Portugal

Maria João Leote de Carvalho*

Luís Baptista**

ABSTRACT

In this paper we intend to understand the continuities and discontinuities that mark the crime recorded in Portugal, in the years 2011 and 2012. We take as main observation lens the socio territorial and population dynamics identified in the country in recent decades. In a brief presentation, we discuss the data collected in the Annual Reports of Internal Affairs Ministry, pointing out the existence of a relations between the registered crime by the polices and the analysis of the distribution of the population through the Portuguese territory, which allows to distinguish three types of demographic concentration (and whose trends tend to intensify in the period from 2001-2011) and the types of crime registered in the police occurrences.

KEYWORDS: urban dynamics, population, territory, registered crime

RESUMO

Neste texto procura-se compreender as continuidades e descontinuidades que marcam a criminalidade registada em Portugal, nos anos de 2011 e 2012, tomando como lente de observação principal as dinâmicas demográficas e sócio territoriais identificadas no país nas últimas décadas. Numa breve apresentação e discussão de dados recolhidos nos *Relatórios Anuais de Segurança Interna*, constata-se a existência de uma relação entre a análise da distribuição da população pelo território português, que permite distinguir três tipos de concentração demográfica (e cujas tendências, tendem no período de 2001-2011 a intensificar) e a análise da criminalidade participada às polícias.

PALAVRAS CHAVE: dinâmicas urbanas; população; território; criminalidade participada

* CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa: mjleotec@sapo.pt

** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e CESNOVA, Universidade Nova de Lisboa: luisv.baptista@fcs.h.unl.pt

INTRODUÇÃO

A análise da evolução da criminalidade participada a nível nacional não pode ser dissociada de uma reflexão sobre como as dinâmicas demográficas, sociais e territoriais identificadas nos últimos anos em Portugal nela se refletem. A tendência de concentração da população em meio urbano, com especial incidência nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, foi ganhando forma nas últimas décadas e ocorre a par de uma acentuada desertificação do interior. O país tem os seus residentes mais concentrados em menos concelhos, estabelecendo-se um novo (des)equilíbrio que se vem construindo progressivamente (Figura 1). A reconfiguração no ordenamento e gestão do território assente nestas dualidades – concentração vs desertificação; litoral vs interior – está, até certo ponto, associada à emergência de novos riscos e de mudanças nos contornos da criminalidade participada às forças de segurança em Portugal.

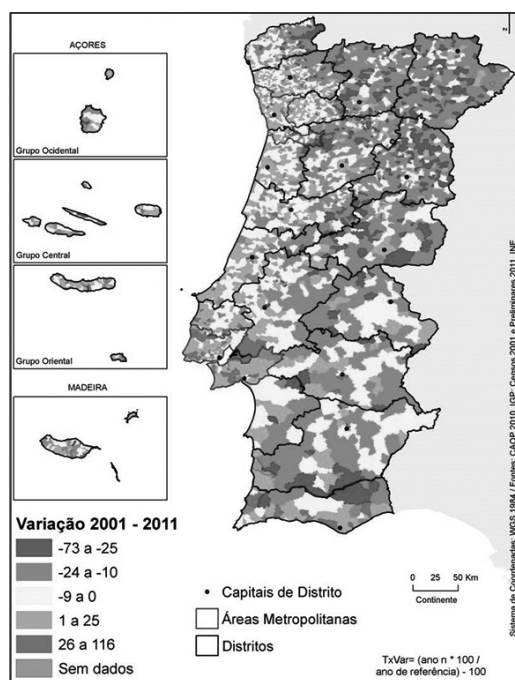


Figura 1 - Variação da população residente em Portugal, por freguesia

Fonte: Baptista e Machado, 2011.

Tendo como ponto de partida identificar se existe uma relação entre as dinâmicas urbanas, as características sociais e económicas dos territórios e o tipo de riscos e criminalidade em Portugal, neste texto apresenta-se uma breve discussão de dados recolhidos nos *Relatórios Anuais de Segurança Interna* que marcam a criminalidade registada em Portugal, nos anos de 2011 e 2012.

1. CRIMINALIDADE PARTICIPADA: CRÍTICA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO

As autoridades policiais representam um dos patamares de ação dos mecanismos de controlo social formal, consubstanciando parte da reação social à criminalidade. Deste modo, as estatísticas oficiais sobre as ocorrências criminais participadas às forças de segurança constituem um instrumento de acesso ao conhecimento de determinadas dimensões sobre este problema social. Quando se fala em crime, fala-se de um conceito amplo que inclui diferentes realidades e dinâmicas de natureza diversa (Lourenço e Lisboa, 1998; Machado, 2008). Num sentido mais restrito, um crime refere-se a um ato ou omissão tipificada pela lei penal que remete para a violação de um bem penalmente protegido; corresponde a um facto típico, ilícito e culpável (Guibentif, 2007).

A discussão acerca da validade, fiabilidade e alcance da informação da criminalidade registada pelas autoridades policiais arrasta-se, desde há muito, na comunidade científica (Cusson, 1998; Lourenço e Lisboa, 1998; Carvalho, 2006; Machado, 2008). Sabendo-se como *“os eventos criminais escapam a toda a possibilidade de figuração exata. Não os podemos conhecer senão em algumas das suas manifestações e sempre com auxílio de um sistema de interpretação e de reconstrução do real”* (Almeida e Alão, 1995, p. 9), uma análise sociológica não pode descurar os constrangimentos que enformam este tipo de dados. Esta informação não se refere à criminalidade real, aquela que englobaria o total de infrações que são efetivamente cometidas, mas somente à criminalidade participada, ou seja, a que de facto se tornou objeto de participação às autoridades policiais ou que delas foi tomado conhecimento. Conforme evidenciam Lourenço e Lisboa (1998, p. 24), *“não se lhes pode atribuir a natureza de recenseamento dos crimes efetivamente praticados. De igual modo, não se lhes pode atribuir a qualificação de amostra representativa da criminalidade, uma vez que a participação do crime resulta não de uma ideia de representação mas de uma autosseleção feita pela vítima em função dos seus interesses pessoais”*.¹ Trata-se, pois, somente de um dos ângulos de visão que se pode tomar sobre estas matérias, não sendo de desvalorizar a sua importância constituindo o principal indicador relativo ao primeiro nível de reação formal dos mecanismos de controlo social, cujo conhecimento é imprescindível para a tomada de decisão em matéria de segurança pública, administração interna e justiça (Cusson, 1998).

Assumindo-se como incontornável a existência de uma diferença entre o que é a criminalidade participada e a criminalidade real, cuja dimensão não se conhece em termos exatos,² no recurso a estatísticas oficiais exige-se a identificação clara dos contornos dos processos sociais que estão na base da sua construção. No caso das estatísticas policiais, os

1 Para que um crime faça parte das estatísticas oficiais das forças de segurança em Portugal é necessária a sua deteção e a sua notificação. Conforme a sua natureza (pública, semipública, particular), esta situação pode depender exclusivamente de participação feita pela vítima.

2 Daqui resulta a existência das chamadas “cifras negras”, ou seja, o número de crimes efetivamente praticados mas não denunciados. Entre os instrumentos a que se recorre na tentativa de conhecer parte da sua dimensão estão os inquéritos de vitimação cujos resultados, nacional e internacionalmente, evidenciam uma tendência para uma baixa taxa de denúncia de um crime à polícia.

registos reportam-se ao momento inicial do procedimento com base nas informações de que se dispõe na altura sobre os factos, podendo o curso da investigação levar ou não à sua confirmação ou até mesmo à sua reclassificação. A informação obtida a partir destas ocorrências é limitada, uma visão restrita que pode, no caso de se passar à fase judicial, constituir a entrada para um processo longo que dará conta da verificação aprofundada do que foi inicialmente objeto de registo.³ Os principais instrumentos de notação estatística na origem da apresentação de informação oficial relativa às forças de segurança enformam de limitações de ordem diversa que condicionam o aprofundamento de uma visão compreensiva sobre este fenómeno. A escassez de elementos de caracterização sociológica é um facto, emergindo também dificuldades na comparação em séries temporais mais longas, dada a alteração dos instrumentos de recolha, apenas em parte associados às alterações dos modelos de intervenção.

2. TRAÇOS DA EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE PARTICIPADA EM PORTUGAL

Até 2002, a criminalidade registada nos países da União Europeia revelava uma tendência global de subida (EUCPN, 2012). Dados recentes do EUROSTAT (Clarke, 2013) relativamente às taxas de criminalidade registadas na UE apontam para a inversão dessa tendência, identificando-se um decréscimo entre 2007 e 2010. Globalmente, os indicadores relativos a tráfico de droga, roubo e criminalidade violenta desceram, nesse período, entre 3 a 6%, enquanto o furto de veículos desceu cerca de 23%. No polo oposto, os assaltos a residências constituíram a categoria de crimes que mais subiu, cerca de 7% entre 2007 e 2010 (Clarke, 2013).

Contudo, diversamente da maioria dos países europeus, em Portugal, a tendência entre 2002 e 2009 foi de subida da criminalidade registada (EUCPN, 2012). Ainda assim, com base em fontes internacionais e nacionais (*Relatórios Anuais de Segurança Interna*, do Ministério da Administração Interna, e os dados extraídos do sistema de informação das *Estatísticas da Justiça*, Direção-Geral da Política da Justiça, do Ministério da Justiça), constata-se que, nesses anos, Portugal apresentava uma das menores taxas de criminalidade participada no universo dos países da União Europeia.⁴

As questões de fundo que se levantam nesta área remetem para a segurança das sociedades, dos cidadãos, no fundo, do próprio Estado de Direito (Lourenço, 2009).

A atual dramatização e politização desta temática tende a fazer crer que se está perante um cenário social único, desvalorizando-se que não se trata de um fenómeno novo; novos poderão ser alguns dos seus traços e das suas atuais dinâmicas, bem como os

³ Para este efeito há ainda que atender às alterações legais de classificação dos atos, à influência da pro-atividade e eficiência/eficácia das forças policiais relativamente a determinados crimes, à forma, processo e momento temporal em que os atos são registados, às compatibilidades entre os sistemas legais e, por último, à vontade da vítima. Para um aprofundamento, consultar <http://www.europeansourcebook.org>.

⁴ A segunda menor taxa, apenas superada pela Grécia, tomando em consideração informação recolhida em 2009.

contextos onde se produzem. Como evidenciaram Lourenço e Lisboa (1998) abordando a problemática da violência e do crime, a preocupação sobre estas questões e a ideia de se estar perante o seu agravamento numa linha sem precedentes não são, historicamente, situações exclusivamente contemporâneas; inscrevem-se, pelo contrário, nos discursos sobre a crise ou crises sociais que atravessam as sociedades em diferentes épocas, particularmente em períodos de intensas e profundas mudanças.

Criminalidade participada e sentimento de insegurança podem não se sobrepor, uma vez que existem desfasamentos entre as representações e perceções individuais e coletivas sobre este fenómeno social e a estrutura do mesmo, tendencialmente conhecida a partir do seu recenseamento nos sistemas oficiais (Ferreira, 1998; Lourenço e Lisboa, 1998). A elevados índices de crime não correspondem necessariamente maiores níveis de insegurança, sendo o inverso também realidade, pois a complexa construção do sentimento de insegurança envolve outras dimensões e fatores que não apenas os relativos ao crime (Lourenço, 2009).

Considerando o rácio da criminalidade participada em cada distrito/região autónoma, por 1.000 habitantes, nos anos 2011 e 2012, tendo por base a população residente (Figura 2), verifica-se um desagravamento deste indicador na região norte litoral (Viana do Castelo e Porto)⁵ e na Madeira⁶ e um agravamento nas regiões do sul interior (Évora

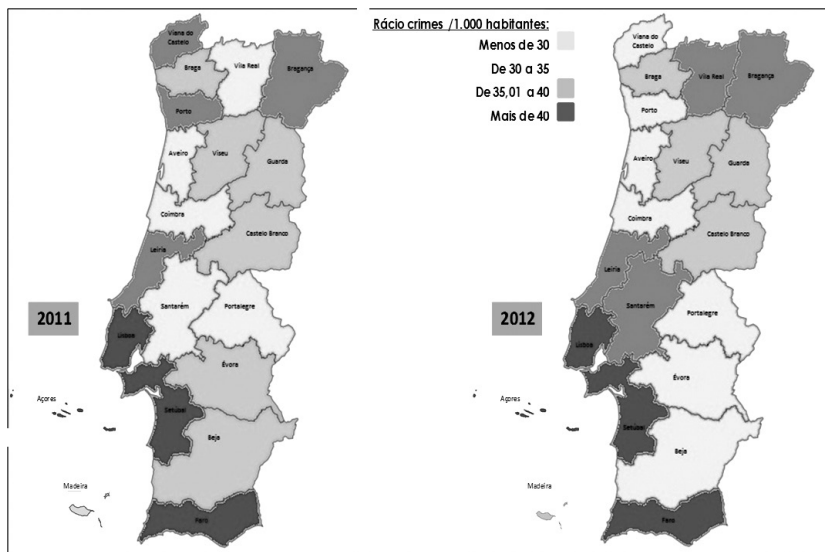


Figura 2 - Rácio da criminalidade participada em cada distrito/região autónoma por 1.000 habitantes, tendo por base a população residente (2011-2012)

Fonte: Relatórios Anuais de Segurança Interna 2011 e 2012, MAI (2012, 2013)

5 Baixaram do rácio 35,01 a 40 crimes/1.000 habitantes para 30-35/1.000 habitantes.

6 Baixou do rácio 30-35 crimes/1.000 habitante para menos de 30 crimes/1.000 habitantes.

e Beja)⁷ e interior centro (Santarém)⁸, esta última associada às dinâmicas registadas nos distritos de Lisboa e Setúbal, ambos com um rácio de mais de 40 crimes por 1.000 habitantes, o valor mais elevado no país, também registado em Faro e nos Açores. A média nacional de crimes por 1.000 habitantes é de 39, segundo dados do Eurostat reportados ao ano de 2009.

Observando estas variações e a constância dos mais elevados rácios em zonas urbanas, com forte densidade populacional, ou no caso de Faro, marcada por uma forte mobilidade geográfica decorrente da sua posição geoestratégica e das atividades económicas predominantes na região, constata-se a existência de dinâmicas similares às registadas na Área Metropolitana de Lisboa.

A análise da criminalidade participada às autoridades policiais ao longo da série temporal 1993-2012 (Figura 3) potencia o conhecimento da evolução das grandes categorias, evidenciando-se um aumento de quase 300.000 ocorrências registadas em 1993

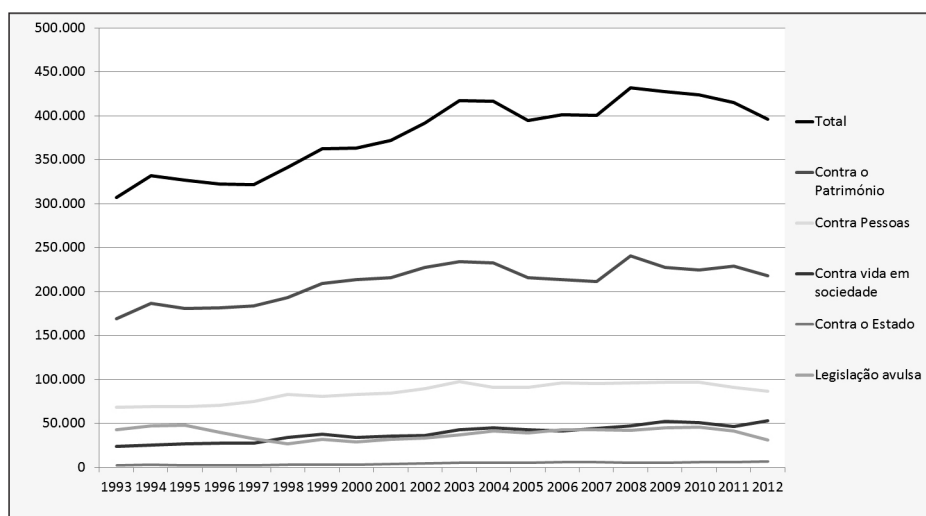


Figura 3 - Criminalidade participada às autoridades policiais, por grandes categorias (1993-2012)

Fonte: Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça, Direção-Geral da Política da Justiça; RASI 2012, MAI

para quase 400.000, em 2012. Em 2011, foram registadas 405.288 ocorrências, tendo esse número descido, no seguinte, para 395.827. A categoria mais representada, neste período de quase duas décadas, é a dos crimes contra o património (55,1%, em 2012), seguindo-se, a larga distância, os crimes contra as pessoas (21,8%), os crimes contra a vida em sociedade (13,1%) e os crimes previstos em legislação avulsa (7,9%). Na comparação dos dados destes últimos anos, a diminuição dos crimes contra o património parece estar

⁷ Subiram do rácio de menos de 30 crimes/1.000 habitantes para 30-35 crimes/1.000 habitantes.

⁸ Subiu do rácio 30-35 crimes/1.000 habitantes para 35,01-40 crimes/1.000 habitantes.

a ser feita à conta do aumento dos crimes contra vida em sociedade, a única categoria que regista um aumento de um ano para o outro.

Globalmente, o crime mais participado, em 2012, foi o de “furto em veículo motorizado”, com 32.772 ocorrências (-14% do que em 2011), seguindo-se a “ofensa à integridade física voluntária simples”, com 26.430 registos (-5,3%). Entre os crimes com maior aumento de ocorrências neste período, está o crime de “incêndio, fogo posto em floresta, mata, arvoredo ou seara”, com 9.333 participações (+46,6%).

Centrando a análise na informação recolhida relativamente ao ano de 2012, observa-se que cinco crimes representaram metade das participações registadas de crimes contra o património: “furto em veículo motorizado”(15,0%); “furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas”(11,3%); “outros danos”(9,0%); “furto de veículo motorizado”(7,3%); “furto de metais não preciosos”(7,0%). Analisando a distribuição desta categoria no território nacional (Figura 4), evidencia-se um contraste acentuado entre os distritos do litoral sul e centro, com médias de participações acima da média nacional, numa faixa contínua que vai desde Coimbra a Faro.

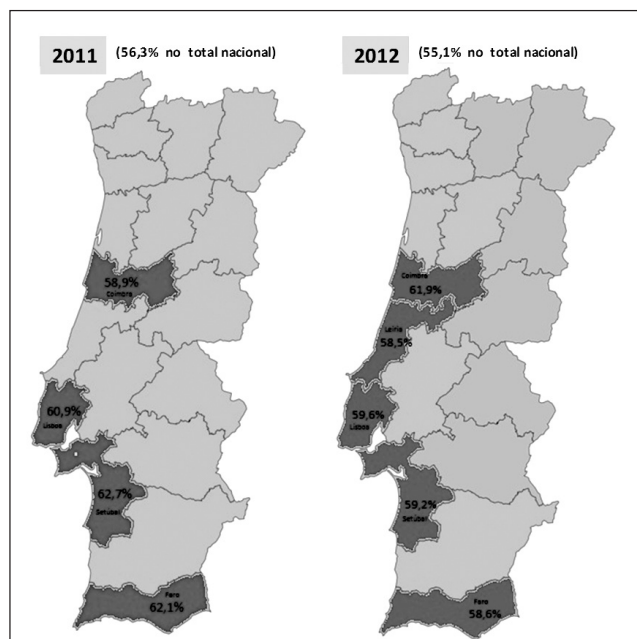


Figura 4 - Criminalidade participada: crimes contra o património (2011-2012)
(distritos/regiões autónomas com média de participações superior à média nacional)
Fonte: Relatórios Anuais de Segurança Interna 2011-2012, MAI (2012, 2013)

Além dos crimes mencionados, uma parte associada ao elevado preço de matérias-primas que acaba por potenciar o alargamento de mercados ilegais, é de salientar a crescente importância dos cibercrimes. Uma especial atenção tem de ser dada aos

territórios virtuais onde acontece parte da criminalidade de natureza patrimonial, vem acontecer, com uma tendência de crescimento. Na comparação com os dados oficiais relativos ao ano anterior, em 2012 registou-se um aumento do número de crimes de “burla informática e nas comunicações” (+923 casos; +34,2%), “outras burlas” (+674 casos; +12%), o “abuso de cartão de garantia ou de crédito” (+326 casos; +37,5%).

Em 2012, três crimes representaram 75% das participações registadas nos crimes contra as pessoas: “ofensa à integridade física voluntária simples”(25,6%)”; violência doméstica contra cônjuge ou análogos”(25,7%); “ameaça e coação”(18,2%). Diversamente da criminalidade patrimonial, esta categoria tem uma forte implantação no norte e interior do país (Figura 5), sendo nestas regiões, de menor concentração populacional, que se localizam os distritos com média de participações à média nacional. Globalmente, é de assinalar o aumento do número de crimes de “homicídio voluntário consumado” – 149, em 2012 (+27,4% do que em 2011) – e do de “maus tratos ou sobrecarga de menores” (+20,3%, em 2012). Os crimes de “violência doméstica”, com 26.084 participações a nível nacional, surgem como um fenómeno essencialmente urbano (Lisboa, Porto, Setúbal e Braga com 55,3% do total nacional).

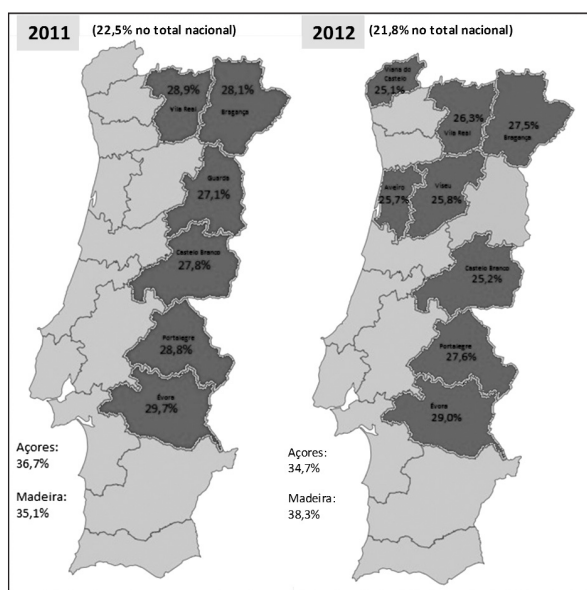


Figura 5 - Criminalidade participada: crimes contra as pessoas (2011-2012)
(distritos/regiões autónomas com média de participações superior à média nacional)
Fonte: Relatórios Anuais de Segurança Interna 2011-2012, MAI (2012, 2013)

Três crimes representaram 78,5% das participações registadas, em 2012, na criminalidade contra a vida em sociedade, todos com um significativo aumento na comparação com o ano anterior: “condução com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l”(47,9%,

+9%), “incêndio, fogo posto em floresta, mata, arvoredos ou seara (17,6%, +46,6%); “contrafação ou falsificação e passagem de moeda falsa”(13,0%, +6,9%). O padrão identificado nesta categoria, a nível da sua distribuição territorial (Figura 6), é bastante próximo do observado nos crimes contra as pessoas, evidenciando-se as zonas no norte litoral (Viana do Castelo) e de menor concentração da população no norte e centro interior do país, numa faixa de distritos que se estendem pela fronteira portuguesa, de Portalegre a Vila Real.

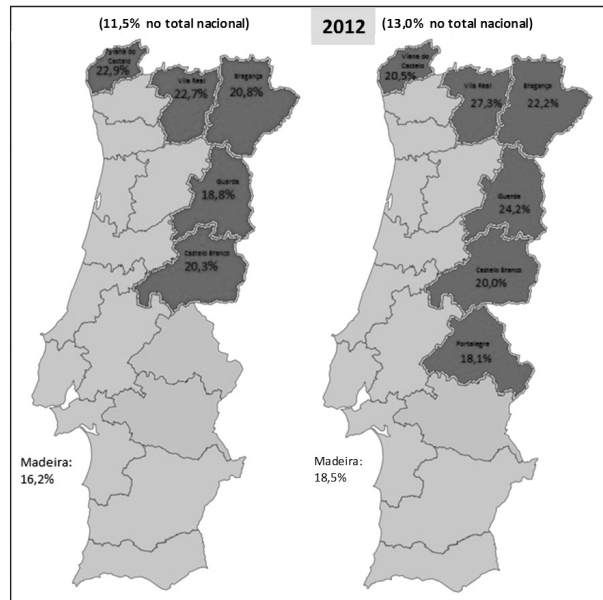


Figura 6 - Criminalidade participada: crimes contra a vida em sociedade (2011-2012)
(distritos/regiões autónomas com média de participações superior à média nacional)
Fonte: Relatórios Anuais de Segurança Interna 2011-2012, MAI (2012, 2013)

É nesta categoria que se situam os crimes reportados à posse e uso de armas, sendo de registar um aumento com a apreensão, em investigação criminal, em 2012, de 3.389 armas (2.911, em 2011) e 64.567 munições (26.333, em 2011) para diversos tipos e calibres de armas. Trata-se de um fenómeno que se estende pelo país, ainda que exista a referência de especificidades relacionadas com o mercado do comércio ilícito de armas de fogo com forte representatividade nas designadas zonas urbanas sensíveis, tanto ao nível da sua venda como da sua utilização na prática de crimes.

Na quarta categoria mais representada a nível nacional, a dos crimes previstos em legislação avulsa, três crimes representaram 73,8% das participações registadas em 2012: “condução sem habilitação legal”(50,5%); “tráfico de estupefacientes” (14,3%); “outros crimes relacionados com a imigração ilegal(5,9%); “outros crimes respeitantes a estupefacientes” (3,1%). Para uma parte das práticas criminais enquadradas nesta categoria,

muito poderá contribuir uma das principais ameaças à segurança interna identificada pelas entidades oficiais: “*mercê da sua posição geoestratégica, Portugal continua a ser alvo das estruturas criminosas transnacionais, como um território com elevado potencial para o trânsito de diversos produtos e bens traficados e contrabandeados*” (MAI, 2013, p.40).

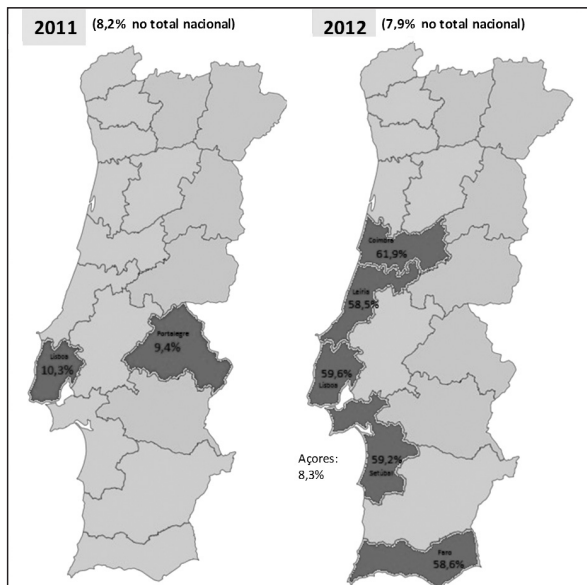


Figura 7 - Criminalidade participada: crimes previstos em legislação avulsa (2011-2012)
(distritos/regiões autónomas com média de participações superior à média nacional)
Fonte: Relatórios Anuais de Segurança Interna 2011-2012, MAI (2012, 2013)

Finalmente, no campo da designada criminalidade violenta e grave, em 2012 foram registadas 22.270 ocorrências, o que representa uma diminuição relativamente ao ano de 2011. Nesta categoria, três crimes representaram 73,3% das participações registadas: “roubo na via pública (exceto esticção)”(33,2%); “roubo por esticção”(31,7%); “resistência e coação a funcionário”(8,4%). Apesar do decréscimo global, os homicídios, os roubos e assaltos a residências, a edifícios comerciais ou industriais, a bancos e estabelecimentos de créditos e a ourivesarias subiram no último ano. Objeto de intensa mediatização, trata-se de formas de criminalidade que aparecem progressivamente associados a um maior grau de violência e gravidade, que pode contribuir para agravar o sentimento de insegurança das populações. São crimes que têm uma expressão muito significativa em contexto urbano, no litoral, estando fortemente concentrados nas áreas metropolitanas, em especial no distrito de Lisboa (Figura 8), com um valor superior a 16% do total de crimes, seguindo-se os do Porto e Setúbal (ambos com um peso de 12% a 16%) e Faro (6% a 12%). Em todo o interior, do norte ao sul do país, estas ocorrências representam menos de 1% no total da criminalidade participada. Entre os seus autores, chamam à especial atenção para as

autoridades policiais, há uma forte representação de elementos residentes em zonas urbanas sensíveis, especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos, denotando os mesmos, sobretudo quando em atuação grupal, uma forte mobilidade geográfica pelo território nacional.

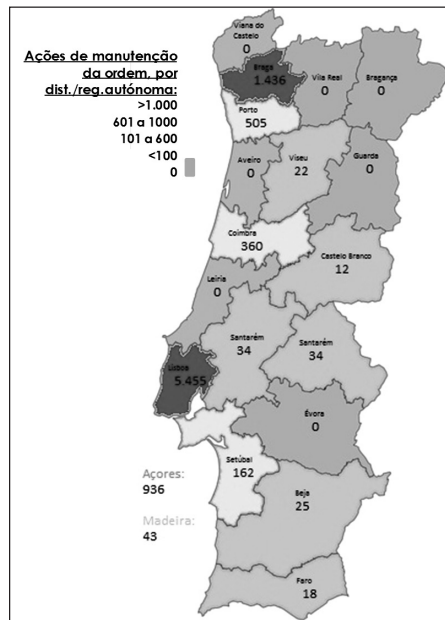


Figura 8 - Criminalidade participada: criminalidade violenta e grave (2012)

Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna 2012, MAI (2013)

EM CONCLUSÃO

Longe de se poderem constituir como um facto objetivo e completo que abarca toda uma realidade social, as estatísticas oficiais relativas à criminalidade participada às forças de segurança em Portugal têm de ser vistas como construções sociais ancoradas a determinados quadros jurídicos, variáveis no tempo e no espaço, que não mais representam do que algumas das suas possíveis dimensões. Os atos nelas abrangidos dizem respeito somente àqueles a que a sociedade atribuiu essa etiqueta, constituindo as faces mais visíveis da problemática criminal por se encontrarem oficialmente recenseados.

Quando se aborda a questão das dinâmicas urbanas associadas às diferentes criminalidades, com base na análise da informação apresentada nos *Relatórios Anuais de Segurança Interna*, do Ministério da Administração Interna, constata-se uma grande diversidade de situações e riscos percebidos pelas populações e detetados nas estatísticas oficiais, nomeadamente na criminalidade participada às polícias. Encontramos uma relação entre a

análise da distribuição da população pelo território português, que permite distinguir três tipos de concentração demográfica (e cujas tendências propendem, no período de 2001-2011 a intensificar) e a análise da criminalidade participada às polícias. Neste âmbito, salientam-se como tendências dominantes:

- nas áreas de concentração metropolitana domina o crime contra o património e a criminalidade violenta e grave, em muito associada a uma lógica predatória, que atinge a coesão social e reforça o sentimento de insegurança;
- na relação das áreas metropolitanas entre si e na relação com o interior, encontram-se fortes dinâmicas de mobilidade da criminalidade ainda ao nível patrimonial e outras relacionadas com tráficos de droga, pessoas e armas;
- no interior do país identifica-se sobretudo uma criminalidade contra as pessoas, que decorre não só do isolamento das populações, mas também dos efeitos de relações de proximidade.

A rapidez da transformação dos tipos de criminalidades e o seu efeito territorial nos anos mais recentes obriga-nos a tomar tais pistas como um ponto de situação a merecer uma continuada e mais aprofundada análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. e Alão, A. (1995). *Inquérito de Vitimação 1994*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.
- Baptista, L. e Machado, P. (2011). Um País na mesma, um Portugal mais urbano. Plataforma Barómetro Social, FLUP, Porto, Dezembro.
- Carvalho, N. (2006). As estatísticas criminais e os ‘crimes invisíveis’. *Psicologia, O Portal dos Psicólogos*, 1-24. Disponível em <http://www.psicologia.com.pt> [consultado em 15/06/2007]
- Clarke, S. (2013). *Trends in crime and criminal justice, 2010. Decreases in recorded crime except for domestic burglary*.
- Cusson, M. (1998). *Criminologie Actuelle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- EUCPN (2012). *European Crime Prevention Monitor 2012/1 - European cross country crime statistics, surveys and reports*. Brussels: European Crime Prevention Network.
- Ferreira, E. (1998). *Crime e Insegurança em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Guibentif, P. (2007). *Sociologia do Direito*. Policopiado. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Edições Afrontamento.

- Lourenço, N. (2009). “Segurança, sentimento de Insegurança e Estado de Direito. O espectro axial da relação de direitos, liberdades e garantias dos poderes do Estado”. In MAI (eds.), *Liberdade e Segurança*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 81-92.
- Lourenço, N. e Lisboa, M. (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal. Análise Longitudinal da Criminalidade Participada às Polícias (1984-1993)*. Lisboa: Ministério da Justiça, Centro de Estudos Judiciários.
- Lourenço, N.; Lisboa, M. e Frias, G. (1998). Crime e insegurança: delinquência urbana e exclusão social. *Sub-Judice*, nº13, Lisboa, 51-59.
- Ministério da Administração Interna – MAI. *Relatórios Anuais de Segurança Interna*. Disponíveis em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-administracao-interna/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/rasi.aspx>